

11/09/2017 - 05:00

A jogada trabalhista de Macron

Por **Dani Rodrik**

No fim de agosto, o presidente da França, Emmanuel Macron, divulgou a reforma do mercado de trabalho que determinará o sucesso ou o fracasso de seu governo - e que pode definir o futuro da zona do euro. A meta de Macron é reduzir a obstinadamente a alta taxa de desemprego da França, ligeiramente inferior a 10%, e revigorar uma economia que precisa urgentemente de uma arrancada.



A reforma trabalhista está há muito tempo na agenda da França. Praticamente todo governo francês da história recente tentou reformular o colossal código trabalhista do país, fracassando, geralmente, diante de protestos sindicais. Macron não esconde o que ele combate: descreveu a reforma como uma revolução ao estilo da de Copérnico. Mas desta vez talvez seja diferente. Embora o segundo maior sindicato do país tenha convocado uma greve geral, tudo indica que Macron contará com o apoio político de que necessita.

As reformas de Macron pretendem aumentar o que é eufemisticamente chamado de flexibilidade do mercado de trabalho. As reformas propostas facilitarão para as empresas as tarefas de demitir funcionários, descentralizar as negociações entre patrões e empregados nas empresas pequenas (pela eliminação dos acordos setoriais) e introduzir um teto sobre a indenização por demissão injusta, aliviando as empresas da imprevisibilidade das indenizações concedidas por meio de arbitragem.

Além disso, as reformas eliminam uma exigência que vinculava as demissões em massa das grandes companhias à lucratividade mundial dessas empresas; as companhias serão autorizadas agora a demitir trabalhadores unicamente com base em sua lucratividade doméstica.

A lógica que está por trás das reformas do mercado de trabalho de Macron impulsionou a agenda da reforma estrutural dos economistas de política pública e de instituições internacionais que vão desde o Fundo Monetário Internacional (FMI) até a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) durante as três últimas décadas. Maior flexibilidade, de acordo com essa ótica, possibilitará às empresas francesas um ajuste mais eficiente às condições mutantes do mercado, o que, por sua vez, as tornará mais competitivas e dinâmicas, impulsionando, assim, a economia francesa.

A ideia de que facilitar a demissão de funcionários vai reduzir, e não aumentar, o desemprego não é tão insana quanto pode soar. Quando os custos de despedir trabalhadores são proibitivamente altos, as empresas podem não contratar novos funcionários num período de aquecimento do mercado, por medo de que não conseguirão reduzir

seus custos trabalhistas em um futuro período de desaquecimento. Custos de demissão são custos de contratação, como gostam de dizer os economistas. Ao reduzir os custos de demissão, se estará reduzindo também os custos de contratação.

Se a redução dos custos de demissão vai de fato impulsionar o nível de emprego é coisa que depende do equilíbrio desses dois fatores mutuamente neutralizantes. O resultado dependerá de as empresas estarem mais limitadas pelos custos de contratação ou pelos custos de demissão.

É fácil esquecer que o que os economistas chamam de "pontos de rigidez do mercado de trabalho" são um componente decisivo do contrato social. Eles oferecem segurança de renda e de emprego para trabalhadores cujas vidas poderiam, de outra forma, ficar sujeitas a reviravoltas turbulentas

Nos bons tempos, quando as empresas querem se expandir, são os custos de contratação que restringem e facilitar a demissão de trabalhadores elimina um impedimento fundamental ao investimento e à expansão da capacidade produtiva. Em tempos de maior pessimismo, a redução dos custos de demissão simplesmente leva a um maior número de demissões. Qual desses fatores vai prevalecer depende da situação da demanda agregada e do "espírito animal" dos empregadores.

Essa ambiguidade explica por que se revelou difícil estabelecer uma relação empírica clara entre a proteção ao emprego e o desempenho do mercado de trabalho, apesar do entusiasmo de muitos economistas e autoridades por reformas de maior flexibilização. Há evidências consideráveis de que as sólidas leis de proteção ao emprego reduzem, efetivamente, a rotatividade do mercado de trabalho - o número de contratações e de demissões. Mas, no que se refere aos níveis totais de emprego e de desemprego, ainda não se chegou a uma conclusão, como revela recente pesquisa. O histórico comparado nos infunde pouca confiança de que as reformas francesas significarão um impulso ao nível de emprego.

Considera-se a França como detentora de leis trabalhistas especialmente complicadas. Mas muitas das economias com as quais o país concorre têm proteções ao mercado de trabalho analogamente fortes. De fato, de acordo com os indicadores de proteção ao emprego da OCDE, os trabalhadores alemães e holandeses que trabalham sob contratos permanentes gozam de uma segurança ainda maior que a dos trabalhadores franceses. (O ponto no qual o sistema francês parece ser particularmente restritivo envolve os contratos temporários).

De acordo com algumas medidas, a França perdia apenas para a Alemanha em termos de desregulamentação do mercado de trabalho antes da crise financeira mundial. Mas os níveis de desemprego na Alemanha e na Holanda correspondem a uma pequena fração dos observados na França.

A verdadeira diferença entre essas economias é que a Alemanha e a Holanda, ao contrário da França, têm grandes superávits em conta corrente. Isso significa que suas economias são fortemente impulsionadas pela demanda externa. A França, diferentemente, registra déficit em conta corrente, embora pequeno.

Será que as reformas que aumentam a flexibilidade do mercado de trabalho poderão dar à indústria francesa um impulso semelhante? Talvez. Mas isso exigirá um aumento significativo do espírito animal dos industriais franceses. O fator psicológico pode acabar desempenhando papel maior do que propriamente os detalhes das reformas.

Em uma discussão tão tecnocrática, é fácil esquecer que o que os economistas chamam de "pontos de rigidez do mercado de trabalho" são, na verdade, um componente decisivo do contrato social nas economias capitalistas avançadas. Eles oferecem segurança de renda e de emprego para trabalhadores cujas vidas poderiam, de outra forma, ficar sujeitas a reviravoltas turbulentas.

O círculo mais próximo de Macron vem dizendo, com sensatez, a quem queira ouvir que não espere muito do novo código trabalhista. A economia das reformas sugere que elas são pouco tendentes a fazer grande diferença por si só. O problema é que Macron tem poucas balas na agulha para estimular o crescimento da economia francesa. Em termos de política macroeconômica, suas mãos estão atadas na zona do euro e há poucas perspectivas de que a Alemanha seja de grande ajuda ao elevar seus investimentos e gastos. Portanto, goste Macron ou não, seu governo tende a ser julgado pelas repercussões econômicas e políticas de suas reformas trabalhistas. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Dani Rodrik é professor de economia política internacional da Faculdade de Governo John F. Kennedy, da Universidade de Harvard. Copyright: Project Syndicate, 2017.

www.project-syndicate.org